Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: E OS DESAFIOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS: AND THE CHALLENGES FOR SCHOOL INCLUSION

Carlos Renato Magalhães Duarte
Mestre em Engenharia Elétrica e Especialista em Docência do Ensino Médio, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG, Ipatinga/MG, Brasil
E-mail: carlos.duarte@ifmg.edu.br

Cilene Maria Da Silva
Pós-graduanda em Docência com Ênfase na Educação Inclusiva, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG, Ipatinga/MG, Brasil
E-mail: cilenemariam1994@gmail.com

Emanuela Alves Bezerra
Pós-graduanda em Docência com Ênfase na Educação Inclusiva, Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, Ipatinga/MG, Brasil
E-mail: emanuelaab123@gmail.com

Recebido: 26/06/2025 – Aceito: 27/06/2025

Resumo

Este artigo aborda, por meio de um estudo bibliográfico, a temática da inclusão escolar de crianças com dificuldades no processo de aprendizagem escolar e os desafios que estas enfrentam para se adaptarem às salas de aula. Esse trabalho buscou contribuições de autores, que tratam sobre a inclusão de alunos com deficiência de aprendizagem na escola, e pretende identificar os desafios enfrentados pelos professores, pais, cuidadores, gestores, escola e alunos com relação à inclusão escolar dos discentes vindos de outras escolas e os efeitos no processo de ensino- aprendizagem. Serão focados os sintomas e características de alguns tipos de anormalidades que comprometem o desenvolvimento de habilidades e a consequente aquisição de uma educação eficaz. Observar-se-á, também, a atuação de profissionais qualificados e a importância de um diagnóstico precoce juntamente com atividades direcionadas para atender às dificuldades encontradas em cada particularidade do educando.

Palavras-chave: Docência; Educação Inclusiva; Particularidades.

Abstract

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

This article discusses, through a bibliographical study, the subject of school inclusion of children with learning problems and the challenges they face in adapting to classrooms. This work sought contributions from diverse authors that deal with the inclusion of students with learning disabilities in school and intends to identify the challenges faced by teachers, parents, caregivers, managers, school and students regarding the school inclusion of students from other schools or of specific institutions and the effects on the teaching-learning process. It will focus on the symptoms and characteristics of some types of abnormalities that compromise the development of skills and consequently the acquisition of quality education. It will be observed and questioned here, the performance of qualified professionals and the importance of an early diagnosis together with activities directed to meet the difficulties encountered in each particularity of the student.

Keywords: Inclusive Education; Teachers; Particularities.

1. Introdução

As lutas por igualdade e respeito às diferenças são batalhas travadas ao longo de décadas. Com efeito, observa-se uma evolução ao longo do tempo à custa de muitas lutas, debates e de militâncias que trabalharam incansavelmente no intuito de mudar o modo de tratamento das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência.

A maioria dos deficientes vivia escondida em casa, não eram expostos à sociedade, tinham uma vida reclusa e, portanto, ficavam completamente segregados, ao passo que o tratamento que se dava a eles era derivado de caridade.

Em meados dos anos 1980-1990 para frente, começou a instaurar-se e, ainda continua em fase de criação, o paradigma da inclusão. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública, gratuita e, principalmente, de qualidade e igualitária, seja em escolas especializadas, seja na rede de ensino regular adaptada para atender às necessidades específicas de cada especialidade.

Contudo, muitas vezes, a unidade de ensino é vista como um entrave, agravando ainda mais o problema, acarretando dessa forma desvios das normas disseminadas nos sistemas escolares, o que é garantido na Constituição Cidadã, e que muitas vezes inviabiliza a prática educacional quando não oferece condições ao professor, ao aluno e à própria escola em sua estrutura física, financeira e pedagógica, contribuindo para o insucesso escolar.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Pode-se dizer que nos dias atuais, a luta pela inclusão na educação básica representa mais do que a incorporação total ou parcial das pessoas excluídas dos espaços e tempos escolares a elas negados historicamente.

Muitas foram e são as lutas e discussões por parte de estudiosos, críticos, políticos, professores, portadores de necessidades especiais e familiares no sentido de tratar a todos de forma igual.

Este trabalho está estruturado em seções que destacarão o papel e a missão da escola no atendimento às crianças com necessidades educacionais e o objetivo das salas multifuncionais, abordando a inclusão social fundamentada nos Direitos Humanos, na Constituição Federal e leis pertinentes à inclusão escolar.

Enfatizará, ainda, a relevância do planejamento feito pelo docente, bem como as práticas educativas a serem desenvolvidas por parte dos que trabalham com esses alunos, tendo como foco: Transtorno do Espectro Autista, deficientes visuais e Surdos.

No Brasil, atualmente, esse assunto tornou-se palco de grandes estudos e debates por parte dos interessados, como instituições, órgãos governamentais, estudiosos, familiares e principalmente dos que se sentem discriminados por não verem seus direitos se tornarem concretos e efetivados.

A integração escolar faz parte desse referido processo, por isso, tem a responsabilidade de ofertar para seus educandos uma educação que respeite a potencialidade de cada indivíduo, com ou sem comprometimento no seu desenvolvimento cognitivo, emocional, intelectual, social, de aprendizagem, dentre outros.

Fato é que a ausência de práticas concretas nos direitos a eles assegurados acarreta grandes impactos negativos, muitas vezes irreversíveis se não forem trabalhados no período adequado.

Por isso, da abordargem da inclusão escolar como tema de discussão, considerando seu impacto direto na forma como a sociedade, em especial as escolas, estão lidando atualmente com as pessoas com necessidades educacionais especiais. Essa reflexão pode representar um passo decisivo para a revisão das práticas didáticas por parte dos profissionais da educação, além de oferecer contribuições significativas tanto para a comunidade científica quanto para a sociedade como um todo.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

2. Metodologia

A pesquisa bibliográfica, de cunho teórico, construída a partir do método dedutivo, enfatiza a temática a partir de conceitos e ideias de aspectos histórico e sociológico, por meio da coleta de instrumentos textuais, como legislações atualizadas e publicações de caráter técnico e histórico acerca do tema central analisado: alunos com necessidades educacionais especiais e os desafios para a inclusão escolar, atribuindo caráter qualitativo ao estudo.

As primeiras técnicas utilizadas para o embasamento teórico foram originadas a partir de autores reconhecidos em suas próprias áreas de estudo, sobretudo no campo pedagógico, correlacionando-as ao objeto da presente pesquisa.

3. Revisão da Literatura

3.1 AEE: Breve História e Conceito

A educação é um direito assegurado para todos os indivíduos sem distinção de raça, cor, cultura, religião ou necessidades específicas. A educação especial tem uma história marcada por tempos de conflitos, debates e mudanças em todos os países do mundo. O Brasil, ainda nos dias atuais, não conseguiu efetivar e implantar de maneira concreta a inclusão nas escolas. Várias leis foram implantadas para incluir o deficiente no meio de convivência social, aqui enfatizando as instituições de ensino.

Vale destacar a Constituição de 1988, em seu art. 208, que faz a seguinte deliberação acerca do dever do Estado com a educação em seus incisos:

> III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
> V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

> VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
> VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Com o surgimento dessa legislação, iniciou-se a criação de locais adequados para o acolhimento dessas pessoas, como as organizações sociais que controlam o funcionamento da sociedade e dos indivíduos, hospitais, dentre outros.

Posteriormente, especialistas e estudiosos na área concluíram que as ações realizadas não eram suficientes e eficientes na solução do problema.

A partir de então, procuraram métodos para viabilizar a democratização do ensino, decidindo que o educando com dificuldades de aprendizagem deveria estudar na mesma escola que os demais frequentavam, ou seja, nas salas regulares. Para que o atendimento fosse realizado com eficácia e qualidade, foi criado o centro de Atendimento de Educação Especializado – AEE. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), esclarece que o AEE diz respeito à uma atividade que faz parte da inclusão educacional, de caráter adicional ou suplementar concentrado na educação dos discentes que apresentam comprometimentos de leves a grandes proporções, desde os transtornos globais do desenvolvimento a altas habilidades/superdotação.

Neste atendimento, são consideradas as especificidades individuais de cada participante para promover a presença, atuação e diálogo nas atividades escolares.

Dessa forma, é um serviço que não substitui a escolarização, não sendo um reforço, mas específico para complementação da necessidade do aluno com deficiência. Por isso, é visto como uma importante ferramenta de inclusão, posto que não só foca no conteúdo acadêmico, mas também trabalha no desenvolvimento educacional e na inserção social do estudante com demandas específicas.

A função do AEE é identificar, organizar e elaborar estratégias objetivando uma restruturação que possibilite eliminar os diversos fatores que produzem a exclusão escolar, e produzindo assim, o progresso inclusivo do sistema de ensino.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

As atividades desenvolvidas nas instituições que oferecem atendimento educacional especializado diferenciam-se das realizadas na sala de aula comum. Esse atendimento é um adicional para a formação dos alunos com vista à autonomia e independência na escola e fora dela.

O AEE é uma forma de assegurar o reconhecimento, atendimento, acesso e prosseguimento da escolaridade a todos os educandos, respeitando suas particularidades individuais de aprendizagem. Vale acrescentar que o espaço para atender os interessados deve conter materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos adequados, bem como profissionais habilitados e com experiência na área para que a educação ofertada seja de qualidade e atenda às necessidades de cada um, favorecendo dessa forma, o seu pleno acesso ao conhecimento e consequentemente o crescimento de suas habilidades e competências.

Nesse sentido, as escolas devem ser reformuladas e ampliadas para acolherem a diversidade humana representada pelos alunados com deficiências físicas, mentais, múltiplas ou sensoriais, com algum grau de severidade, pessoas consideradas sem deficiências, dentre outras.

Portanto, a Educação Inclusiva pretende reduzir as desvalorizações, sejam elas relacionadas à capacidade, ao desempenho cognitivo, à raça, ao gênero, à classe social, à estrutura familiar, ao estilo de vida ou sexualidade.

É importante ressaltar que o processo de ensino não deve ser ligado apenas ao trabalho em uma sala de reforço, as unidades escolares devem sentir-se desafiadas a atender essas crianças sem discriminação ou qualquer tipo de preconceito que as façam sentirem-se inseguras e desprotegidas.

Segundo Romeu Sassaki, nomeado “pai da inclusão no Brasil” (1997, p. 164).

> Uma sociedade inclusiva vai além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atividades de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para a obtenção de vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e satisfatórias.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

No entanto, esse construir requer disposição coletivamente, assim considerando as instâncias educacionais da União, Estados, Distrito Federal ou Município.

É mister a cooperação de toda comunidade escolar – pais, alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou não, professores, gestão escolar, bem como as entidades representantes das pessoas que apresentam necessidades educacionais, os meios de comunicação, as instituições de ensino superior e de pesquisa, as organizações não governamentais e outros segmentos da sociedade devem interagir para que essa inclusão se torne realidade nas escolas do país.

3.1.1 A Escola e sua Missão no Atendimento de Crianças Consideradas Especiais

Sabe–se que a função da escola não é apenas a de transmitir conteúdos disciplinares, mas de formar o pleno desenvolvimento do indivíduo como cidadão, conforme disposto na Carta Magna, proporcionando meios para realização de seus projetos de vida, despertando-lhes a busca de seus direitos e a conscientização de suas obrigações e deveres.

Com efeito, para que a Instituição seja inclusiva fazem-se necessárias práticas que permitam a matrícula e permanência das crianças desde a Educação Infantil até a sua formação pessoal e profissional com qualidade e sem preconceito, priorizando dessa forma vários conceitos dentre os quais os de justiça, solidariedade e respeito, para que sejam compreendidos, assimilados e vividos. Vale elencar as contribuições de GLAT e NOGUEIRA (2002, p. 26), afirmando que:

> Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com Necessidades Educacionais Especializados na rede de ensino não consiste apenas nua sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados aqueles que dele necessitam. Ao contrario, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta uma revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Sendo assim, a escola tem por obrigação olhar para cada um destes alunos e procurar garantir o atendimento a essas necessidades especiais que eles possuem.

Seguindo essa análise, supõe-se que sua missão é transformar a sociedade num ambiente inclusivo, incentivando-a por meio de ações de direitos de comunicação, fazendo com que os profissionais assumam a diversidade com valores inquestionáveis para que as pessoas com e sem deficiência exerçam seus direitos a participação na cidadania.

Partindo dessa perspectiva de atuação no que se concebe a escola como meio de formação de um cidadão crítico, autônomo e participativo, vale destacar que se continua a ver privilégios e o não cumprimento das leis, contribuindo com injustiças com a maioria da população.

No que concerne à articulação do trabalho escolar é imprescindível não se perder de vista os princípios norteadores da decência. Um ponto de suma importância nesta questão é a democracia, que permite ações coletivas de construção e defesa dos interesses humanos voltados ao exercício da cidadania.

Outro fator de grande relevância é a integração entre o trinômio família/escola/comunidade, tendo em vista uma ampla participação de todos com o intuito de minimizar os problemas surgidos no cotidiano escolar e ao mesmo tempo lutar e colaborar na busca de uma educação de qualidade.

Com relação à autonomia, é fundamental ser relatada, pois através desta, regras são criadas pelos próprios agentes das ações educativas visando um poder partilhado e uma colaboração nas tomadas de decisões. Consequentemente, os interesses individuais e coletivos serão respeitados.

A criatividade também tem sua importância na aquisição da aprendizagem por parte dos educandos, posto que orienta a percepção de mundo tornando o aprendiz ativo na construção de sua identidade social.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Fica claro que a instituição escolar deve ser portadora de meios que possibilitem ao educando uma sintonia com a realidade atual em todas as dimensões da sua vida social. Sendo inclusiva, não se deve esperar que as crianças assimilem as mesmas coisas ao mesmo tempo e tenham resultados de aprendizagens que correspondem ao que o outro quer e não àquele que ele próprio definiu como uma coisa de interesse e necessidade própria.

Segundo Perrenoud (2000, p.157) ainda existem obstáculos clássicos à inovação educacional que necessitam ser superados:

> Os sistemas educativos empregam estratégias de mudança ainda pouco eficazes, de modo que inúmeras reformas educativas permanecem cemitérios de boas ideias jamais postas em prática; as imensas exigências das pedagogias diferenciadas são pouco realistas em relação a identidade, às atitudes, as competências, ao nível de formação dos professores de hoje; elas postulam competências e um grau de profissionalização que ainda não caracterizam a totalidade do corpo docente.

Destarte, as unidades de ensino precisam ser renovadas, repensadas desde a estrutura física, passando por adaptações administrativas e principalmente pedagógicas para que seja do alcance de toda comunidade escolar, conforme preconizado por Howard Gardner (1983), no que tange à valorização das Inteligências Múltiplas e consequente pluralização e democratização do espaço educativo, onde ele afirma que:

> Se reconhecermos a existência de diferentes tipos de inteligência, então devemos ajustar nossas práticas educacionais para atender às forças e fraquezas específicas de cada aluno. Essa abordagem não apenas valoriza a diversidade, mas também democratiza o ensino, oferecendo a todos a oportunidade de aprender e se destacar em áreas em que têm maior aptidão.

3.1.2 Salas de Recursos Multifuncionais e Público Alvo

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Apesar das salas comuns serem os locais privilegiados para atender o educando, existem alunos com graves comprometimentos de aprendizagem que precisam de um espaço adequado para desenvolverem suas atividades. Pensando em minimizar esses problemas, foram criadas as Salas de Recursos Multifuncionais, que atendem a toda e qualquer área de deficiência. Ela é um espaço criado dentro da escola comum, onde existem recursos tecnológicos junto a um professor de educação especial que atua para atender a todos os alunos com necessidades educacionais.

É importante ressaltar que esse atendimento se diferencia das atividades desenvolvidas na sala de aula regular, por isso, não deve ser confundida com reforço ou ensino individualizado e particular, pois não visa trabalhar conteúdos ministrados em sala de aula. Nas salas padronizadas para esse fim, são trabalhados os fatores que vão levar à aprendizagem dos conteúdos acadêmicos, os princípios e processos cognitivos que vão levar à aprendizagem da matemática, português e outras disciplinas das classes comuns. Portanto, é um trabalho diferenciado que leva o aluno a aprender o que é diferente da sala de aula, de uma maneira diferente daquele conteúdo, desenvolvendo os processos cognitivos bem como a autoestima e trabalho emocional para ter sucesso na sala regular.

O programa em questão foi executado pelo Ministério da Educação por meio da Secretária de Educação Especial instituído pela portaria nº13 de Abril de 2007. A ação visa apoiar as redes de ensino público na organização e na oferta do AEE, para toda e qualquer pessoa que se encontre dentro dos requisitos necessários para participar. Também está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, no parecer do CNE/CEB nº 17/01, na resolução CNE/CEB nº2, de 11 de Setembro de 2001, na Lei nº 10.436/02 e no Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, que garante a acessibilidade, a permanência, o reconhecimento e o atendimento em suas necessidades com qualidade e equidade.

O Conselho Nacional da Educação através da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, aborda onde é realizado o Atendimento Educacional Especializado:

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

> Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo as classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretária de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

Desse modo, os educandos, público alvo da educação inclusiva podem matricular-se nas salas de ensino regular com direitos igualitários a cada modalidade de ensino oferecida pela entidade. Cabe aos responsáveis pelas salas de recursos multifuncionais cumprirem com os requisitos necessários para a adequação de espaços e oferta de equipamentos que auxiliarão na promoção do aprendizado.

Tem direito a esse atendimento, os alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial, permanente ou temporária. Entre eles, destacam- se os com dificuldades de aprendizagem acentuada ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares, os que possuem comprometimento com sinalizações e comunicações em relação aos demais, os alunos considerados portadores de altas habilidades/ superdotação e que demonstram grande facilidade no estudo e assimilação dos temas trabalhados, realizando suas atividades com criatividade ou talento específico.

São incluídos nesse grupo também, os discentes que enfrentam grandes dificuldades por apresentarem limitações no processo de aprendizagem devido às condições, distúrbios, disfunções ou deficiências tais como: paralisia cerebral, autismo, déficit de atenção, dislexia, deficiente físico, dentre outros.

De acordo com o Programa de Implantação de Sala Multifuncional ofertado pelo MEC o público alvo no AEE é definido conforme o descrito:

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: são aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor levando-o a enfrentar problemas como a falta de concentração, dificuldades na comunicação oral, contribuindo dessa forma para o comprometimento nas relações sociais. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de asperger, síndrome de rett, transtornos degenerativo da infância, e transtornos invasivos sem outra especificação.
  (MEC/SEESP, 2008);
- Discentes com deficiência: são considerados os que possuem algum tipo de impedimento para a realização de determinadas tarefas seja de natureza física, sensorial ou intelectual que possa dificultar sua plena e efetiva participação na sociedade diante das barreiras que lhes são impostas, ao interagirem em igualdade de condições com as demais pessoas.
- Alunos com altas habilidades/superdotação: estes apresentam elevadas habilidades e potencialidades gerais ou especificas acima da média, destacam- se no comprometimento com as tarefas utilizando-se da criatividade, são detentores de grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano. Por isso, esses estudantes devem ser estimulados a usufruir das oportunidades oferecidas na realização de atividades que enriqueçam o seu currículo abrindo possibilidades para o desenvolvimento e promoção da pesquisa, da arte, dos esportes, liderança, criatividades dentre outros.

Vale ressaltar que esses direitos são garantidos por lei e estão assegurados na Constituição. O decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado:

> Art. 9º- admitir-se á, a partir de 1º de Janeiro de 2010, para efeitos da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matriculas dos alunos do ensino regular da rede publica que recebe atendimento educacional especializado, sem prejuízo dessas matriculas na educação básica regular.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Fica claro que a escola tem por obrigação ofertar uma educação de qualidade a toda criança ou adolescente. Ainda, de acordo com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, crianças com dificuldades, transtornos de aprendizagem, síndromes infantis, que podem ser adultos ou adolescentes, devem ter seus direitos garantidos, qualquer indivíduo que precise de um atendimento educacional direcionado para trabalhar suas dificuldades, é considerado especial.

3.1.3 Profissionais que Atuam nas Salas do AEE

Para o profissional atuar em qualquer serviço da educação, seja especial ou regular, independente da área, é de suma importância que este tenha especialização, principalmente no atendimento à educação especial.

A formação continuada deve fazer parte de forma atuante e prática no desempenho de suas funções, um estudo profundo sobre a criança, detectando as suas necessidades e habilidade se torna imprescindível, objetivando a busca de recursos que promovam a comunicação para esse aluno. Apesar das atribuições e formação, não há um perfil específico para o uso da função, pois essa especialização não é apenas para atender uma única deficiência, o professor está se habilitando para conviver e interagir com a diversidade.

Considerando o caráter interativo e interdisciplinar de sua atuação em relação ao desenvolvimento das atividades escolares em sala na qual cada um dos alunos atendidos está matriculado, é fundamental que o docente do AEE tenha facilidade para trabalhar de modo cooperativo. Além disso, sendo um dos principais objetivos do atendimento criar ou encontrar estratégias pedagógicas alternativas que possibilitem a participação e interação no local em que se encontra, criatividade é outra característica bem-vinda. E, finalmente, apostar na habilidade individual dos estudantes atendidos, buscando sua autonomia na escola e fora dela, para o pleno desenvolvimento de seu potencial.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Segundo Santos (1997, p. 45), na área da educação escolar, o ensino público ou privado de qualidade para todos é uma necessidade e um desafio fundamental. Há atualmente, claro reconhecimento mundial e social do trabalho do pedagogo e sua importância para o avanço do trabalho administrativo escolar, no desempenho da economia, para a função da coordenação pedagógica e desenvolvimento técnico científico. Esse reconhecimento tem sido transformado em reformas, em políticas educacionais e essencialmente na quebra de paradigmas quanto ao papel da gestão escolar e dos professores como autoridades intelectuais na sala de aula.

O dever do educador na sala de aula é de fundamental importância para o processo de ensino-aprendizagem, e se tratando de Educação Especial não é diferente, há uma necessidade insubstituível no que diz respeito às intervenções feitas por parte desse profissional na realidade do educando.

O professor do AEE tem por obrigação identificar as necessidades específicas de cada aluno para construir um plano de ação. Porém, não pode deixar de levar em consideração os talentos que cada um possui. Por isso, é importante que o esse participe de formações para que possa dar as respostas necessárias aos desafios que são impostos na construção da tão almejada inclusão.

É de suma relevância que haja articulação com o professor da sala comum de forma colaborativa, para que juntos busquem estratégias pedagógicas que favoreçam e auxiliem o acesso dessas crianças à escolaridade, e sua interação no grupo, trabalhando valores, diferenças, e o respeito mútuo.

É atribuição de o professor orientar as famílias sobre a importância de seu envolvimento e a participação no processo educacional, informar aos que fazem parte da instituição escolar acerca de normas educacionais, articular com gestores e educadores da sala para que o Projeto Político Pedagógico (PPC) da Instituição se organize coletivamente na visão de uma educação inclusiva, como caracteriza a resolução nº 04/2009, em seu artigo 9º sobre a responsabilidade dos professores das salas de AEE:

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

> A elaboração e execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Portanto, há uma necessidade de professores capacitados para estarem atendendo, bem como profissionais qualificados para dar todo e qualquer suporte para os alunos e cuidadores educacionais.

A criança deve estar na escola participando ativamente, desenvolvendo toda sua potencialidade, mesmo porque quando se pensa em aprendizagem ela não se dá somente no ato de ler ou escrever, mas no ato social e do convívio. Todas as pessoas são capazes independente da sua deficiência, todos podem alcançar a realização de alguns objetivos com as parcerias corretas, com o apoio que se deve ter, é possível incluir, dar possibilidades de novos caminhos, novas mudanças.

Tendo em vista os fatos apresentados, vale destacar que os resultados só serão alcançados ou os procedimentos serão realizados se o poder público cumprir com suas obrigações constituídas através das leis que regem o país em especial as relacionadas à inclusão escolar.

Políticas públicas voltadas para esta questão devem acontecer na prática, pois não adianta o profissional se especializar e não ter os recursos pedagógicos necessários e suficientes para atender às demandas da instituição, esta, muitas vezes, não dispõe de equipamentos especializados para a realização dos trabalhos e na disponibilização de meios de acessibilidade.

3.1.4 Planejamento e Desenvolvimento das Atividades do AEE

Quando se pensa na realização de alguma atividade, seja qual for a sua intensidade, logo vêm as indagações a respeito de como será realizada para que se tenha êxito e os objetivos sejam alcançados.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Com efeito, no planejamento e desenvolvimento das atividades que serão trabalhadas nas salas do AEE, o responsável deve preparar material específico para uso dos alunos conforme suas necessidades individuais e orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados nas salas comuns do ensino regular. Nesse sentido, cabe ao professor reconhecer que a criança possui uma natureza singular, que a caracteriza como ser que sente e pensa o mundo do jeito muito próprio.

É no ambiente escolar que se observam todas as manifestações dos sintomas, dos lamentos, do "não aprenderem" e dos demais problemas e dificuldades de aprendizagem. Para dar suporte a essas mudanças, precisamos e necessitamos de mudanças no âmbito escolar, acompanhando as diversas mudanças que ocorrem no planeta.

Diante desses acontecimentos, manifesta-se a psicopedagogia com a responsabilidade de auxiliar e contribuir com todas as criaturas envolvidas nessas mudanças de conhecimentos e que estão inseridos na educação, pois é nela que devem acontecer as análises, reflexões e discussões sobre essas transformações, levando em consideração que somos todos humanos que pensam, agem e interagem de forma diferenciada.

Por isso, é importante que a instituição escolar esteja ligada às novas ciências e tecnologias e com tudo que acontece diariamente em nosso cotidiano. Sabemos que essa não é a realidade da maioria das escolas, pois ainda se encontram presas aos métodos antigos, não acompanhando as inovações e atualizações oferecidas.

3.2 Entendendo o Transtorno do Espectro Autista – TEA

Assim como em outros transtornos do desenvolvimento, crianças com TEA possuem necessidades educacionais especiais devido às condições clínicas, comportamentais, cognitivas, de linguagem e de adaptação social que apresentam, e precisam, muitas vezes, de adaptações curriculares e de estratégias de manejo adequadas.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Apesar de muitos falarem sobre inclusão, percebe-se que os acometidos dessa disfunção global do desenvolvimento sofrem para encontrar tratamento adequado e aceitação no convívio social. Parcela da população acredita que nada se pode fazerpara minimizar as dificuldades enfrentadas por parte dessas pessoas.

Faz-se necessário quebrar esse mito. Conforme destacado em um estudo publicado na Revista Brasileira de Medicina de Excelência (2024) e a Associação Autismo & Realidade (2020), comprovam que quanto mais cedo for feito o diagnóstico e as intervenções, maior será a significativa melhoria do prognóstico. Fica evidente que as pesquisas e a prática clínica quanto mais respaldadas e reconhecidas forem, se têm mais condições para melhorar a vida dos que fazem parte desta estatística. É de suma importância que se faça com isso um processo para transformar vidas.

Constatam-se, relatos de vários pais que dizem que seus filhos foram prejudicados porque quando perceberam anormalidades neles, procuraram atendimento, mas as orientações sempre consistiam na espera, pois cada um tinha oseu tempo ou que esse tipo de diagnóstico era raro ou, pior ainda, que eles fossem normais, pois não tinham problemas físicos ou um rosto que denotasse algum problema como se o autismo tivesse físico característico.

Outra queixa que ainda continua a existir é a falta de informação por parte de professores e funcionários a respeito do TEA. Como agir? Que metodologia é a maiseficaz? Estudar melhor quais crenças que tem impedido o portador de autismo não ter evoluído não se desenvolver, é essencial para desmistificar determinadas crenças e ajudar no desenvolvimento e acolhimento dessa clientela. São exemplos comuns que podem prejudicar e fazer toda a diferença positiva ou negativa na vida de qualquerpessoa, principalmente se tiver TEA:

- Não valorizar os atrasos neuropsicomotores: problemas de contatos visuais, gestos sociais ausentes com 2 ou 3 anos, interesse espontâneo em outras crianças ausentes, dificuldade compartilhada na realização de atividades com outras crianças, dificuldade de fala.
- Diagnóstico tardio: não se perceber os sinais do autismo no tempo hábil do desenvolvimento da criança.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Não se preocupar com a família e os cuidadores dessas crianças: muitos paiscostumam entardecer a possibilidade do diagnóstico do filho, esta deve ser uma preocupação e os profissionais que atendem a essa criança precisam saber falar com eles, dirigir as avaliações para outros profissionais para reunircom segurança sinais que argumentem a presença do autismo no filho.

Foram veiculados documentos no sentido de sensibilizar os pediatras a conhecer e rotineiramente avaliar os sinais desse problema. O diagnóstico tardio restringe a capacidade da criança aprender habilidades novas, esperadas para cada etapa, ano por ano, e que se não assimiladas farão muita falta para as etapas seguintes (Howlin, Magiat 2009; Reichow, 2011).

> É dever do estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educaçãoem sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educaçãoespecial desde a educação infantil até a educação superior.

Apesar de ter um marco regulatório do espaço garantido por direito para crianças com autismo, pouco se concretizou em termos práticos e em ações concretas.

Definitivamente, para que o sucesso da aprendizagem seja efetivado, saúde e educação têm que se darem as mãos, o tempo para criar condições mais favoráveis para determinada inserção, pode-se tornar muito curto ou esgotados para essas crianças, dependendo da idade do diagnóstico. Seria decepcionante ouvir do médico que não dá mais para remediar as condições, ou que determinado aluno não vai chegar onde devia, ou num paciente porque a demora do diagnóstico foi determinante.

É comum, pais mostrarem-se receosos na análise do filho, demoram a encararе procurar terapias necessárias. Por isso, na investigação se deve dar toda atenção aos pais, explicar o que é e observar o comportamento deles, ver as dificuldades do entorno e interior do relacionamento do casal.

O papel dos pais e dos cuidadores é muito importante e extremamente necessário a essas crianças, assim como de iniciativas governamentais. No entanto, não se vê no país, uma política pública realmente sensível e estruturada para o devidosuporte disciplinar e saúde para essas crianças.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Para se ter uma ideia, a média da idade que é feita o diagnóstico no Brasil é de7 anos. Em outros países, como os Estados Unidos, os custos de suporte a esses indivíduos superam dois mil dólares, enquanto que a maioria dos pais no Brasil, não tem nem se quer à sua disposição o serviço público, profissionais preparados e de centros especializados para intervenção e reabilitação. De acordo com a lei “BERENICE PIANA” (BRASIL, 2012), em seu art. 4º:

A lei busca assegurar um atendimento eficaz e especializado para pessoas com TEA, promovendo o direito a intervenções adequadas no âmbito da saúde, educação e assistência social.

Outra preocupação que aflige os que lidam de forma direta ou indireta com os que possuem transtorno do espectro autista é o fato de haver uma variabilidade de um mesmo diagnóstico dentro do TEA. Sabe-se que existem autistas com graus de intensidades leves, moderados, graves e ainda severos. Alguns apresentando grandes dificuldades, já outros não, essa informação é de suma importância, pois desmistificam muitas ideias em relação ao autismo, dentre elas, a de que o autista nãofala, não pode se alfabetizar, ou até mesmo ter independência.

Nessa esteira, observam-se os mais variados aspectos cognitivos que mudam nos portadores do TEA, como os problemas viso-perceptivos, de processamento auditivo, dificuldades de memória verbal ou não verbal, de linguagem pragmática, deatenção seletiva ou sustentada. Essas mudanças são muito comuns em autistas, mas a presença ou não dessas alterações neuropsicológicas se modifica de intensidade ede qualidade caso a caso. Pode existir, em mais ou menos intensidade, cada uma dessas habilidades dependendo da criança, a variação do nível sistemático e do perfilneuropsicológico da linguagem da criança é essencial e direcionam as ações subsequentes.

Enfim, a associação do autismo com a herança genética oriunda de outras condições neuropsiquiatrias como Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), deficiência intelectual, transtorno bipolar e esquizofrenia fazem desse distúrbio um problema ainda mais prevalente devido à interligação genética que o TEA tem com esses transtornos. Fatores sociais como problemas imunológicos, alimentares, carências emocionais e traumas afetivos apesar de ainda não serem comprovados cientificamente, precisam de maiores estudos, de um acompanhamento com uma quantidade maior de pacientes.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Com relação aos aspectos da inclusão do autista na escola, sem dúvida alguma, é um grande desafio, mas muito mais por desconhecimento, pela grande necessidade de atualização e pela precária integração saúde e educação. A inclusão escolar exige, muito resumidamente, de três passos simultâneos que devem ser trabalhados em grande harmonia:

- Primeiro: avaliar globalmente essa criança por meio dos profissionais da saúde que o atendem, para que se conheça seu perfil neuro desenvolvimental, neuropsicológico, sua linguagem receptiva e integrativa específica comportamentos mais negativos e intensivos ao processo escolar;
- Segundo: geração de espaço físico estruturado e adequado para cada caso;
- Terceiro: preparação dos recursos humanos para que saibam profundamente as características dos transtornos e apliquem medidas curriculares que atinjamrealmente aquela criança.

A visão deve ser individualizada, essa preparação requer especialização, aperfeiçoamento, atualização constante e desprendimento ideológico, além de uma visão interdisciplinar com envolvimento cada vez maior de equipes da saúde e da educação com esforços, objetivos compartilhados e mais interligados.

Analisando a realidade, ainda se tem um grande desafio pela frente, a necessidadede instrumentalizar, oportunizar conhecimento e atualização de todos os atores sociais envolvidos nessa tarefa, é imprescindível e requer com toda seriedade o estabelecimento de políticas públicas realmente comprometidas e disponíveis.

3 . 2 . 1 A Aprendizagem do Aluno Surdo

A educação dos surdos, em tempos de inclusão, tem se tornado objeto de muita polêmica. Apesar disso, segregada ou não, já vem sendo realizada há muitos séculos. Inicialmente, considerava-se que o surdo não conseguia aprender por causada limitação auditiva.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Desde o século XVI, conforme Moura (2000) , tem-se conhecimento de iniciativas de ensinoàs crianças surdas. Por essa época, já se fazia uso de sinais para possibilitar a comunicação e a compreensão, mas a partir do século XVIII, na França, o abade Michel de l' Epée, criou os "sinais metódicos", uma combinação dos sinais com a gramática francesa, com objetivo de ensiná-los a ler e escrever. Aprendeu os sinais metódicos com mendigos surdos nas ruas, para poder repassá-los às crianças surdas que pertenciam à nobreza.

Até hoje, entretanto, perduram uma série de questionamentos sobre os estilosde aprendizagem e as abordagens metodológicas para o ensino de alunos surdos. Asdivergências e o debate intensificam-se e muitas questões necessitam ainda serem aprofundadas. Quem deve ensinar língua de sinais aos alunos surdos? Quando issodeve ocorrer? E qual o melhor ambiente educacional para o letramento?

Quando chegam à idade escolar, os pais de uma criança surda se veem na situação de ter de optar pelo tipo de escola, qual metodologia e orientação educacional devem seguir. O diagnóstico da surdez é um fator que auxilia a aquisição de língua, seja a de sinais ou a portuguesa.

A realidade educacional brasileira para crianças surdas ainda deixa muito a desejar. Apesar de o ensino de libras está sendo gradativamente implantado na rede pública de ensino fundamental nos municípios brasileiros, nem sempre se revela eficaz. Com frequência, é ministrado por professores que fizeram um curso de Libras com poucas horas de duração, e que ao ensinarem a Língua portuguesa para surdosnão fazem uso de estratégias pedagógicas adequadas, preocupando-se com aemissão dos fonemas com clareza.

A inclusão de intérprete educacional na sala de aula é mais um avanço no respeito à diferença linguística do aluno surdo. Ultimamente, ressalta-se, a necessidade de que crianças surdas e ouvintes aprendam Libras com um professor ou educador surdo.

As possibilidades educacionais para surdos na atualidade brasileira se encontram em escolas inclusivas majoritariamente. Existem escolas para surdos, comprevalência de Libras como língua dominante. Encontram-se, também, escolas para portadores de surdez cuja orientação metodológica é oralista.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

A decisão de qual contexto educacional a criança deverá frequentar cabe, sem dúvida aos pais e aos órgãos competentes. Alguns estudos sobre vantagens e desvantagens de escolas inclusivas ou escola para surdos, indicam que, na percepção de jovens surdos, é mais fácil se comunicar em uma escola só para surdos, mas aprende-se mais em uma escola inclusiva. A Declaração da Salamanca (Brasil, 1994) em seu art. 24 dispõe:

> Ambos os arranjos políticos e de financiamento deveriam encorajar e facilitaro desenvolvimento de escolas inclusivas. Barreiras que impeçam o fluxo de movimento da escola especial para a regular deveriam ser removidas e umaestrutura administrativa comum deveria ser organizada. Progresso em direção a inclusão deveria ser cuidadosamente monitorado através do agrupamento de estatísticas capaz de revelar o numero de alunos portadoresde deficiência que se beneficiam dos recursos, Know – how e equipamentos direcionados a educação especial, bem como o numero de estudantes com necessidades educacionais especiais na escolar regular.

Embora tenha sido feita essa ressalva, de que todos os alunos devem ser incluídos, esse direito não vem sendo muito respeitado no Brasil. O ideário educacional brasileiro não vem acompanhado da capacitação necessária. A realidade do professorado do país carece de formação adequada. Há uma necessidade de intérpretes, professores fluentes em Libras e frequentemente a presença de um instrutor surdo na sala de aula.

Percebe-se que após anos de escolarização, muitos sujeitos surdos apresentam defasagens escolares, não são capazes de ter uma produção escrita compatível com a série, além de apresentarem discrepância em outras áreas. Se o aluno é colocado na classe de ensino regular, sem demonstrar habilidade para acompanhar os trabalhos propostos, se não possui uma língua estruturada e a escola não oferecer estratégias flexíveis, quer de profissionais ou de currículo, a educação pode não ser efetivada como se deseja.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Uma importante ferramenta que ajuda no ensino-aprendizagem dos educandoscom esse problema é o ensino de Libras que deve acontecer de forma ludicamente nas séries iniciais, geralmente vinculados à narração de histórias da literatura infantil. Alguns meios, componentes e materiais específicos, são de fundamental importânciapara o letramento da criança surda, como o uso da internet, de e-mails, chats, twitter,blogs, dentre outros. A comunicação multimodal deve ser usada pelo profissional paraque a construção e compreensão de significados sejam assimiladas por todos os alunos.

Diante do exposto até o momento, pode-se dizer que os problemas enfrentados pelos sujeitos surdos são decorrentes de imposições e condições socialmente formadas. É a falta de oportunidades linguísticas e de convívio com outros grupos de pessoas que impõe barreiras à aprendizagem e ao desenvolvimento do deficiente auditivo. Não é o surdo que não aprende a língua portuguesa, é a escola ou o meio social que ainda não encontrou uma maneira adequada e bem-sucedida de ensinar isso a ele.

Portanto, faz-se necessário que a sociedade abrace com disposição a luta porigualdade para essa parcela importante da população brasileira com a qual se mantémum convívio, e que muitas vezes são ignorados e se sentem estrangeiros dentro do próprio país sem poder se comunicar. Apesar de dominarem outra língua, outro idioma, cada dia se torna mais difícil de inserir esses desafios, pois vão se tornando maiores.

A trajetória com a luta da comunidade surda é longa. Atualmente, alguns direitos estão regulamentados na Lei 10.436, do dia 24 de Abril de 2002, que, em seuart. 1º, discorre sobre o reconhecimento e utilização do recurso de LIBRAS para todo aquele que necessitar. As conquistas foram chegando e hoje, a maior conquista é sensibilizar os órgãos governamentais para que disponibilizem recursos dos quais osdeficientes auditivos necessitam.

3.2.2 Desafios para a Aprendizagem do Deficiente Visual

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

O debate sobre educação inclusiva sempre gera discussão, dentre elas, a de que é possível um real aprendizado ou não de um deficiente visual na escola regular. Estudiosos comprovam que sim, principalmente quando existem profissionais bem preparados e dispostos juntamente com todos da instituição escolar. Ambos precisamestar interligados com a família e a sociedade para que seja possível estender ao portador uma educação inclusiva que possibilite a evolução do aprendizado, conforme esclarece Mantoan.

A aprendizagem passa por todo um processo, iniciado pelo trabalho da independência dentro e fora de sala de aula. São indispensáveis no local das atividades alguns tipos de material como computador adaptado, bem como uma assistente para atendê-los. Vale acrescentar que a motivação de todos é fator determinante na vida deles.

Os colegas de salas também têm papel fundamental no desenvolvimento das brincadeiras, locomoção, colaborando para uma vida mais sociável. Envolver-se no seu cotidiano não é fácil, mas é possível.

Sabe-se que conseguir prender a atenção dos educandos em uma determinada atividade atualmente é uma dificuldade enfrentada por professores devido a vários fatores, dentre eles, os aparelhos eletrônicos que estão sempre presentes nas salas de ensino. Para que seja conciliado, estratégias devem ser utilizadas, desde o desenvolvimento de atividades que complementam o conteúdo dado em sala de aula até o acompanhamento junto com a professora da sala regular.

É essencial trabalhar prioritariamente nas áreas de prevenção de todas as formas de deficiência preveníveis, assim como de detecção e intervenção precoce, tratamento, reabilitação, educação, formação ocupacional e prestação de serviços completos para garantir o melhor nível de independência e qualidade de vida para as pessoas portadoras de deficiência, aqui enfatizada a deficiência visual (BRASIL, 2001).

Faz-se necessário, sobretudo, para tanto, a sensibilização da população, quepode ser feita por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo desta forma o respeito e a convivência com as pessoas portadorasde deficiência (BRASIL, 2001).

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Conclui-se que muito se pode fazer para a inclusão dos que possuem problemas visuais, para tornar suas vidas mais fáceis ou ainda para ajudá-los a atingir um objetivo. Não levando em conta se pode enxergar ou não, o que importa é que eles possam se sentar juntos e aprender o mesmo conteúdo.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

4. Considerações Finais

Em face do exposto, deduz-se que a forma como o professor trabalha com essas crianças faz completa diferença e é definitiva na aquisição da aprendizagem, haja vista a necessidade dessas crianças de educadores didáticos, ou seja, que vejam as possibilidades que cada um tem para aprender, e, assim, que não entendam a deficiência como uma barreira para o aprendizado; educadores capazes de proporcionar a elas satisfação ao perceberem que estão aprendendo.

Para a criança que tem algum tipo de impedimento, o acesso não pode ser negado, ela tem que usufruir de todos os direitos que lhe assistem, pois a acessibilidade está dando a oportunidade de estar sendo incluída de forma que possa sentir prazer ao fazer parte do processo. Portanto, é dever da escola juntamente com a família lutar para que esses indivíduos participem do meio social como qualquer pessoa considerada normal.

À luz das disposições, depreende-se que, quando os alunos são recebidos com amor e respeito ao nível em que se encontram, tornam-se pessoas ativas. A inclusão ajudará a sociedade como um todo, e principalmente os que vivem lutando há décadas por igualdade e equidade de direitos. Na escola, o ato de incluir faz com que haja um desenvolvimento do lado afetivo de todas as pessoas que fazem parte do processo, tornando-se benéfico para quem sofre com o preconceito.

Ademais, é dever social extinguir a problemática do preconceito e introduzir o benefício da inclusão. As evidências com a teoria tornaram possível responder os objetivos propostos no início da pesquisa, permitindo a compreensão de que no contexto maior, o processo de inclusão tenta acompanhar as leis, só que na realidade, na maioria das escolas não acontece.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v13i1.4232

Referências

ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 de dezembro de 2012.

COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** transtorno de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**. v. 24, ano 14, Brasília: MEC/SEESP, 2002.

HOWLIN, P.; MAGIATI, I.; CHARMAN, T. Systematic review of early intensive behavioral interventions for children with autism. **American Journal of Intellectual Development Disabilities**, 37, 23-41, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação Inclusiva:** O que é? Por quê? Como fazer? 12. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MOURA, Maria Cecília. **A Educação do Surdo:** Uma História de Luta e Conquista. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia Diferenciada:** das intenções à ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. São Paulo: Mimeo, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.